



INSTITUTO FEDERAL

Sergipe

Campus São Cristóvão

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Sistema de Registro de Preços
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO

PREGÃO SRP Nº 03/2020

IRP 15/2019

(PROCESSO Nº 23289.000261/2019-64)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais permanentes para o curso de agrimensura, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTIDADE MÍNIMA POR PEDIDO	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	Estereoscópio de espelho de alta precisão fabricado em metal, possui lentes de vidro de alta qualidade fazendo com que se adapte as exigências das salas de aula, campo e escritórios. Acompanhado de barra de paralaxe. Espelhos revestidos com cromo de grande durabilidade. Aumento 1.2X pela lente plano convexa. Binocular de aumento 3X; 2.75 dioptrias X 8mm. Campo de visão 12,5 graus. Dimensões 35 x 17 x 6 cm. Cobertura totalidade de 60% da sobreposição das fotos aéreas. Gabarito cinco escalas em torno das bordas e permite medir formas irregulares e altura.	UND.	440794	3	10	5.991,05	59.910,50

02	Planímetro digital com display de cristal líquido de 16 dígitos e a precisão de $\pm 0,2\%$. Fornece as medições em hectares, quilômetros quadrados, metros quadrados, centímetros quadrados, acres, milhas quadradas, pés quadrados e polegadas quadradas. O funcionamento é com bateria recarregável. Acompanhado de carregador de bateria e estojo para proteção.	UND.	73806	1	1	5.027,33	5.027,33
03	Curvímeter digital. Dimensão inferior: 186 x 47 x 15 mm Display: LCD; 7 Dígitos display principal, 3 Dígitos contador, 5 Dígitos display escalas, com anunciador de legendas Precisão: mecânica 99,8%. Os usuários devem permitir uma variação de 2-4% para pontos de partida / parada e superfícies de rolamento. Resolução da roda de medição: 0.635mm Dimensões: 186 x 47 x 15mm Bateria: 2 x baterias CR-2032 Peso: 60g.	UND.	268908	1	1	603,85	603,85
04	Mesa para reunião. Formato Retangular. Material madeira. Dimensões: 300 cm de largura, 120 cm de profundidade e 75 cm de altura."	UND.	460900	1	1	1.799,82	1.799,82
05	Câmera digital 20.1MP 5x Zoom Óptico 29MB Foto Panorâmica Vídeos HD.	UND.	150012	1	1	521,12	521,12
06	Molinete Fluviométrico: O Medidor FP-111 é um instrumento de velocidade de alta precisão para medir os fluxos de água em canais abertos e tubulações parcialmente preenchido. A sonda de velocidade da água consiste em um sensor de deslocamento de água protegida turbo prop positivos juntamente com uma alça de sonda expansível terminando em um display de leitura digital. O medidor de vazão de água média de velocidade incorpora verdade para a medição de vazão mais precisos. O molinete é ideal para estudos de águas pluviais de escoamento, medições de vazão de esgoto, os fluxos de medição em rios e córregos, e velocidade de monitoramento de água em valas e canais. Características Técnicas: Tipo de sensor: hélice sonda turbo protegida com corrente eletromagnética; Altura da haste: FP111: 113 a 183 cm FP211: 168 a 457 cm FP311: 76 a 168 cm; Embalagem: FP111/FP311: 124 x 29 x 10,5 cm FP211: 197,5 x 16,5 x 16,5 cm (CxLxA); Peso: FP111: 5,9 kg FP211: 10,4 kg FP311: 8,6 kg; Range: 0,1 a 4,5 MPS; Precisão: 0,03 MPS; Temperatura de operação: -20 ° a 70 °C; Materiais: PVC, alumínio anodizado, engrenagens de aço inoxidável; Média: média de fluxo digital verdadeira; Tomada de 1 leitura por segundo; Alimentação: bateria interna de lítio, Display: LCD com duração aproximada de 5 anos.	UND.	303104	1	1	13.924,50	13.924,50

07	<p>MEDIDOR MULTIPARÂMETRO (qualidade da água): instrumento portátil, que monitoriza até 13 parâmetros de qualidade da água diferentes (8 medidos, 5 calculados). Para monitorizar e gravar os dados, a sonda está equipada com o exclusivo sistema de Identificação de Tag: podem ser instalados iButton©s com números de ID únicos em vários locais de amostragem para serem utilizados para gravar informação específica de localização enquanto em registo. O medidor incorpora funções de BPL, e o download de dados é efetuado via ligação USB. Desenhado para ambientes exteriores, o medidor é resistente a impactos e à água de acordo com as normas IP67 (30 minutos de imersão abaixo de 1 m de água). A sonda multi-sensor pode permanecer debaixo de água (norma IP68). Para calibração em campo, a Calibração Rápida permite ao utilizador normalizar o pH, a condutividade e o oxigénio com uma solução. PARAMETROS MEDIDOS: PH, MV, ORP, O2 DISSOLVIDO, CONDUTIVIDADE, SOLIDOS TOTAIS, SALINIDADE. GRAVIDADE ESPECIFICA DO MAR, PRESSAO ATM E TEMPERATURA ITENS INCLUSOS MALETA SONDA DE 4 METROS FRASCO DE SOLUÇÃO DE CALIBRAÇÃO RÁPIDA MANUAL DE INSTRUÇÕES DADOS TECNICOS * Faixa de pH: 0.00 a 14.00 pH; * Resolução de pH: 0.01 pH; * Precisão de pH: ±0.02 pH; * Faixa mV de entrada de pH: ±600.0 mV; * Resolução mV de entrada de pH: 0.1 mV; * Precisão mV de entrada de pH: ±0.5 mV; * Faixa de ORP: ±2000.0 mV; * Resolução de ORP: 0.1 mV; * Precisão de ORP: ±1.0 mV; * Faixa de Oxigênio Dissolvido: 0.0 a 500.0% / 0.00 a 50.00 mg/L; * Resolução de Oxigênio Dissolvido: 0.1% / 0.01 mg/L; * Precisão de Oxigênio Dissolvido: 0.0 a 300.0%: ±1.5% da leitura ou ±1.0% o que for maior; 300.0 a 500.0%: ±3% da leitura; * Precisão de Oxigênio Dissolvido: 0.00 a 30.00 mg/L: ±1.5% da leitura ou 0.10 mg/L o que for maior; 30.00 mg/L a 50.00 mg/L: ±3% da leitura.</p>	UND.	24821	1	1	24.713,98	24.713,98
----	---	------	-------	---	---	-----------	-----------

08	Câmera fotográfica digital - câmera fotográfica (vermelho + verde + nir (rgn, ndvi)) com gps integrado para drone phantom 4 pro, com suporte para fixação. especificação: resolução de 12mp;forma de gravação: jpeg (8 bits) e raw (12 bits); formato do vídeo: mp4 (codec h.264); resolução do vídeo: 2160p24, 1440p30, 1080p60, 720p60; óptica da lente: 41 ° hfov (19mm) f / 3.0 abertura, -1% extreme low distortion (non fisheye) lente de vidro; distância de amostra de terra (gsd): 2,3 cm / px (0,9 polegadas / px) a agl de 120 m (~ 400 pés); velocidade de captura: raw + jpg: 2.75 segundos / foto. jpg: 1,5 segundos / foto; disparador remoto: pwm via porta hdmi; bateria: li-ion removível (1200mah) (não necessário quando alimentado por usb); armazenamento de memória: micro sd (até 128 gb de cartão) ; equilíbrio de brancos: auto / luz do dia / nublado / tungstênio / fluorescente / azul / azul claro / vermelho / vermelho claro / personalizado; iso: 50 * / 100/200/400, auto; velocidade do obturador: 1/2000, 1/1000 *, 1/500, 1/250, 1/125, 1/30, 2, 5, 10, 15, 20, 30, 60, auto; exposição: +2,0 / +1,67 / +1.33 / +1.0 / +0.67 / +0.33 / + 0.0 * / -0.33 / -0.67 / -1.0 / -1.33 / -1.67 / -2.0; medição: média / centro e ponto; cor: normal * / preto e branco / sepia / vivid; entrada D.	UND.	150012	1	1	5.275,87	5.275,87
09	Estação total, com precisão angular de no mínimo 2", precisão linear de no mínimo 2mm + 2ppm, alcance de mais de 3 km com prisma e mais de 300 m sem prisma, memória interna para mais de 20.000 pontos ou arquivos de coordenadas; compensador nos dois eixos, nível eletrônico, prumo laser incorporado na alidade e com ajuste de intensidade; formato de saída de dados: ASCII ou via software de transferência de dados, diretamente para AutoCad e outros definidos pelo usuário; capacidade para armazenar no mínimo 30 códigos. Acompanhada dos seguintes acessórios: 2 prismas e 1 tripé e dois bipés. Treinamento do equipamento.	UND.	102687	2	4	11.601,43	46.405,72
10	Nível topográfico Digital com leitura por código de barras. – Precisão de 0,8mm / Km duplo de nivelamento com mira Invar e 1.5 mm / Km duplo de nivelamento com mira de Fibra de Vidro. – Aumento da luneta de 28 X. – Memória interna para 2.000 pontos. – Distância mínima de focagem 1.5 m. – Tempo de operação de até 16 horas. – Temperatura de operação -20°C a + 50°C. – A prova d'água na categoria IPX-4. – Peso 2.4 Kg.	UND.	93068	2	4	11.533,00	46.132,00
11	Receptor de sinal de posicionamento global; Equipamento Eletrônico de Processamento Digital / Laboratório de Topografia. Descrição complementar: GPS (par) L1/L2, com pelo menos 220 canais e já habilitados com a capacidade para receber GPS e Glonass e rastrear o sistema Galileo, com RTK, completo (tripé, bastão, software de processamento, etc.).	UND.	21059	1	1	52.738,89	52.738,89

12	Prancheta portátil, material: eucatex, comprimento: 360 mm, largura: 240 mm, espessura: 3 mm, características adicionais: prendedor de metal.	UND.	425256	6	20	2,30	46,00
13	Esquadro, material: acrílico cristal, tipo: simples, comprimento: 32 cm, características adicionais: ângulo: 45°.	UND.	445051	6	20	26,03	520,60
14	Escalímetro. material: plástico injetado, tamanho: 30 cm, escala graduação: 1:20, 1:25, 1:50, 1:75, 1:100 e 1:125.	UND.	234637	6	20	21,11	422,20
15	Transferidor escolar de poliestireno; graduação de 0 à 360°; transparente, divisão em milímetros.	UND.	61727	6	20	4,40	88,00
16	Compasso escolar de aço carbono.	UND.	243264	6	20	10,19	203,80
17	Régua de metal de 30 cm.	UND.	350924	6	20	5,40	108,00
18	Bateria Dji Cp.pt.000601 Drone Phantom 4 Pro/adv Litio Especificações técnicas: Capacidade: 5870 mAh Voltagem: 15,2 V Tipo de Bateria: Lítio-Polímero (LiPo 4S) Energia: 89,2 Wh Potência de carga máxima: 160 W Peso líquido: 468g	UND.	21881	1	3	1.196,76	3.590,28
VALOR TOTAL							262.032,46

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura da ata de registro de preços prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Curso Técnico de Nível Médio em Agrimensura, na forma Subsequente no Instituto Federal de Sergipe – (IFS), campus São Cristóvão, visa formar profissionais qualificados nas áreas de mensuração de terras e posicionamento geodésico para trabalhar em empresas de Engenharia e em atividades de suporte técnico na implementação de políticas do serviço público. Nesse sentido, todos os materiais acima mencionados, servirão para assegurar e sustentar a qualidade das aulas do curso técnico em agrimensura do IFS, visando a qualificação dos profissionais formados nessa instituição e atendimento das necessidades de mercado

2.2. O uso do Sistema de Registro de Preços para essa contratação está fundamentado no inciso I, do art. 3º, do Dec. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, visto que, pelas características e pela natureza do objeto da licitação, haverá a necessidade de solicitações frequentes dos serviços pela Administração, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto a ser contratado é de natureza comum conforme termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

UASG	UG	ENDEREÇO	SETOR	TEL	RESPONSÁVEL
158392	IFS – Campus São Cristóvão	Rodovia BR-101, Km 96, Povoado Quissamã - São Cristóvão/SE. CEP: 49.100-000 CNPJ: 10.728.444/0002-82.	COAL – Almoxarifado	(79) 3711- 3059	Luiz Alberto Alves Santos

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da data do recebimento da nota de empenho, conforme solicitação, em remessa única, no endereço especificado na tabela acima, de segunda a sexta-feira, das 08hs às 11hs e das 13hs a 16hs.

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6.1. O fornecedor será responsável pelo descarregamento e acondicionamento do objeto em local determinado pelo IFS – Campus São Cristóvão.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: identificação do produto, marca, fabricante, descrição detalhada do produto e prazo de garantia;

6.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos do objeto até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

6.1.7. Em relação ao deslocamento para entrega dos objetos solicitados, em qualquer que seja o campus do gerenciador ou participantes, todos os custos correrão por conta da contratada.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da

apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança

nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA/IBGE** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. Cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

12.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

12.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

13.1. O custo estimado da contratação é de R\$262.032,46 (duzentos e sessenta e dois mil, trinta e dois reais e quarenta e seis centavos).

São Cristóvão, 25 de novembro de 2019.

Diogo dos Santos Gonçalves Bahia
Coordenadoria de Agrimensura
Requisitante

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

() Aprovado () Não Aprovado

Data: ____ / ____ / ____

MARCO ARLINDO AMORIM MELO NERY
Diretor-Geral

De Acordo com Inciso II, Art. 9º do Decreto nº 5.450/2005